

as reformas do governo no trabalho e
segurança social

o ataque silencioso



Paulo Pedroso

Sociólogo, dirigente da Causa Pública, ex-Ministro do Trabalho



ver
o debate integral
[aqui](#)

Sendo esta a primeira absoluta ou uma das primeiras reflexões sobre o impacto desta nova legislatura e deste governo no tema do trabalho, é importante sublinhar que este não é um governo sem programa.

Não é um governo que vise empatar, manter ou congelar: é um governo que tem um programa proativo.

O Governo inscreveu na próxima reunião da Concertação Social no dia 24 de Julho o tema da revisão das leis laborais que está a preparar e cuja aprovação quer apressar, usando o enfraquecimento das forças progressistas, aproveitando a desmobilização do Verão, diminuindo o alcance do debate e da crítica no espaço público e limitando a capacidade de resistência dos trabalhadores e do movimento sindical. O debate da Práxis (9 de Julho) de análise crítica do programa do Governo na área laboral evidenciou o seu propósito: **eliminar o que de mais progressista se conquistou na reforma das leis laborais da "Agenda do Trabalho Digno" e fazer uma contra reforma laboral tão ampla e ambiciosa quanto as condições políticas e o grau de resistência social permitirem.**

Integrando o esforço de alerta e esclarecimento necessários, capaz suportar análises e decisões conscientes e de mobilizar a ação coletiva, juntar forças e superar divisões, editamos as principais intervenções.

Mais informação em
praxis.org.pt

Por exemplo, comparando-o com alguns governos anteriores e com os governos do PS, incluindo os da geringonça, neles havia algumas tentativas de melhoria, mas havia sempre uma remissão para o acordo entre as partes. Para não avançar com soluções que não fossem aceites pelas partes, houve toda esta da ideia de que não se podia mexer muito porque não dava segurança jurídica.

É preciso deixar claro que este governo, nas palavras que dedica ao trabalho, define um programa de combate e um programa de combate que começa logo com a referência que tem um conjunto de mexidas “**desejavelmente**” na **concertação** social. Portanto é uma forma de prestar serviço verbal à ideia de concertação, mas afastar claramente que ela seja uma condicionante.

Penso que podemos olhar para este programa de governo por três ângulos: o que desaparece, o que aparece e aquilo em que e se vai a debates e sempre se toma posição.

O primeiro desaparecido deste programa de governo é a palavra **precariedade**.

Num pequeno exercício, anedótico, mas no programa do governo anterior, portanto também PSD, diz algo sobre precariedade. A palavra aplicada com sentido laboral já só existia uma vez, mas havia um programa de combate à pobreza e à precariedade. Neste programa, a palavra, o conceito, o espírito está completamente desaparecido. Este silêncio ruidoso é um paradigma, não está atento à desproporção de forças, não está atento às consequências sociais adversas daquilo que vê como um aumento de liberdade.

Depois, evidentemente, que se olharmos as palavras, de onde desapareceu a precariedade, **aparece em força a flexibilidade**.

Quer dizer, no fundo procura abordar as preocupações do equilíbrio entre as partes, mas com o sentido paradigmático oposto - que é aquele que, não sei se provocação, se ingenuidade, a Mariana Leitão (IL) colocou. O espírito presente em tudo o que é dito e que é propositivo, é no sentido da **remoção de garantias, da diminuição de proteções, do caminho da precariedade** .

Outros temas ausentes são a **redução do tempo de trabalho**. Em temas como o **aumento dos dias de férias** este programa de governo é particularmente habilidoso porque, basicamente, esta ideia de comprar férias, materialize-se como se materializar, é uma forma de dizer: se querem mais tempo de descans,o aceitem baixar os salários! Sim, porque o que é comprar férias? Para um trabalhador, basicamente **é aceitar dias de férias não remunerados**.

Esta é a mecânica que está subjacente e, portanto, quando nós estamos a discutir do ponto de vista político, eu começaria por esta nota: as forças sociais progressistas, os movimentos, **é importante que façamos oposição ao que está proposto**.

Mas que não caiamos em aceitar discutir as prioridades exclusivamente

O vazio da precariedade e a ascensão da flexibilidade ilimitada

A precariedade evaporou-se: um silêncio ruidoso

Férias "compradas": o preço do descanso

numa perspetiva de resistência à contra reforma ou seja,, exclusivamente, numa perspetiva de resistência ao retrocesso.

Tem que se manter na agenda e temos que nos organizar para manter na agenda os temas a que este governo se vai opor!

De algum modo eu salto no raciocínio, mas deixo aqui apenas enunciado, até **porque se não houver a expressão forte do descontentamento, será mais fácil fazer passar este programa.**

A minha convicção é que, em matérias laborais, é muito importante que haja descontentamento. Mas já lá irei.

A segunda questão que me parece importante chamar a atenção é para o que aparece e tem subjacente uma visão de **rutura com os os equilíbrios** que foram construídos nas últimas décadas.

Há vários exemplos deste sentido liberalizador. Parece-me que para esta ministra é uma **batalha medida a medida**. Ou seja irá até onde conseguir, nas medidas que tiver força para fazer avançar.

Avançará com essa agenda e as coisas vão aparecendo. Por exemplo, é verdade que há referências à contratação coletiva, mas não é inocente que apareça a frase “incentivar o diálogo social na empresa”. Tem subjacente um **programa de descentralização** da contratação coletiva, que, a meu ver, é desorganizada, que depois aparece noutros e vários domínios.

Curiosamente e ainda nesta linha das alterações paradigmáticas, é muito interessante percebermos o quadro que nos está a ser proposto.

Há o uso da palavra **equilíbrio para legitimar desequilíbrios** e, portanto, em vários momentos diz-se que agora vamos ter de fazer um maior equilíbrio entre a proteção e a flexibilidade. Basicamente o que isto quer dizer é: vamos ver se introduzimos um desequilíbrio num sentido adverso.

E há aqui duas coisas que preocupam especialmente e que vão para além do programa na área do Ministério do Trabalho.

Uma é, logo à cabeça, dizer que temos um modelo gerador de **segmentação**.

Nós temos que avaliar a segmentação no mercado de trabalho português, mas o programa do Governo diz que ela é gerada por este modelo e bem sabemos qual é o diagnóstico que é feito por quem tem esta visão, que a segmentação é basicamente o produto da adaptação dos agentes à regulação excessiva.

Portanto, há aqui uma afirmação que é paradigmática e penso que, tenha a ministra força para isso, e irá para além do que está escrito no programa do governo .

Estas medidas são medidas de algum modo genéricas e embora já revelem algumas coisas, o que me parece é **essencial é olhar para o sentido político da intervenção**. Esta é uma ministra com programa e

Desequilíbrios
sob capa de
equilíbrio

Descentralização e
ilusão de equilíbrio

A "segmenta-
ção" como
pretexto e a
falsa
promessa de
rendimentos

portanto com uma visão. Em nome de diminuir um modelo gerador de segmentação, ela procurará rever os equilíbrios numa **perspetiva de contra reforma** ou reacionária, como preferirem.

A outra tem a ver com a questão dos **rendimentos**. Será difícil alguém opor-se a quem diga que visa aumentar o salário médio; mas quando se vai falar deste aumento do salário médio, neste programa do governo o que nós vemos é uma fórmula explícita que, aliás, era **a fórmula da moderação salarial há 20 anos!** Era, então, dizer que os salários devem aumentar com a soma da inflação com os ganhos de produtividade.

Ora bem, se os salários só aumentarem com a soma da inflação com os ganhos de produtividade nos próximos anos, o desequilíbrio que foi introduzido na última década não é corrigido, porque para haver uma correção tem que haver algo que implique a uma **redistribuição mais favorável ao fator de trabalho**.

Portanto, se este programa não for contestado, aquilo a que os trabalhadores podem aspirar nesta legislatura é apenas não perderem mais posição na distribuição do rendimento. É isto que é a promessa máxima, quer dizer é um teto. O teto da promessa é feito com uma **ilusão** que os trabalhadores podem comprar, a de que posso **aumentar o rendimento líquido, sem aumentar os salários, se baixar os impostos**.

Tal é dito de modo muito claro sobre o IRS. É dito de um modo muito crítico e, quando se diz aumentar a base de incidência contributiva para diminuir as taxas de contribuição na segurança social. É uma frase que pode querer dizer coisas totalmente contraditórias entre si, mas aqui, quer dizer que o que este governo procura prometer para se legitimar e para procurar aceitação, nomeadamente dos trabalhadores, é a promessa de aumento do rendimento líquido à custa de uma redução de impostos. Não visa os trabalhadores de salários mais baixos. Não vou aqui alongar explicações sobre porque é que o IRS nunca conseguirá atingir os trabalhadores com salários mais baixos e até acaba por beneficiar desproporcionalmente as pessoas de rendimentos mais altos. Isto, claro, em relação a outras alternativas para o desagravamento fiscal, como seria desagravar o IVA, que é o imposto que em Portugal é pesado e socialmente reversivo

Se precisássemos de mais um exemplo desta visão era interessante olhar para o que se diz sobre o **subsídio de desemprego**. É uma das grandes vítimas da troica, a que praticamente ninguém ligou na última década. Tal torna-o hoje muito pouco eficaz, mas o que é prometido é uma nova ofensiva. Embora de um modo aparentemente neutro, o que é dito é que se visa uma reentrada rápida no mercado de trabalho. Portanto, mexemos no subsídio desemprego para uma reentrada rápida, nós sabemos o que é que normalmente está por trás dos incentivos a uma reentrada rápida no mercado de trabalho, é a diminuição da duração, é a diminuição do valor, é o aumento das obrigações associadas ao benefício da prestação.

Dito isto, nós já percebemos que o objetivo deste governo não é esgotar as medidas que estão no programa de governo. O objetivo deste governo é usar estas medidas como ponto de partida para, tendo força, continuar com outras. De algum modo a pressa da ministra e do primeiro-ministro

em agendar temas é um sinal nesse sentido.

È a isso que quero dedicar-me agora. Eu estou convencido que uma parte desta agenda tem um racional, que é um racional partilhado por toda a direita.

Portanto e para o expressar de um modo muito rápido, tal tem a ver com a **perda de influência do pensamento social cristão na direita portuguesa e o ganho de influência do pensamento liberal**. Não é só na Iniciativa Liberal mas também no PSD e no CDS.

Digamos que há esta mudança, portanto, **este é provavelmente o governo mais liberal do ponto de vista das relações de trabalho que alguma vez tivemos**. Pelo menos tem este programa sem se poder acolher à proteção da ideia de excecionalidade da crise financeira e, se nós deixarmos o governo crescer na agenda que hoje é explícita, teremos **novas ofensivas durante a legislatura**.

È essa a minha a minha convicção, mas também tenho a convicção secundária de que **se conseguirmos conter o primeiro ímpeto, a ministra não tem força dentro do governo para tornar isto na prioridade do governo**. Também estou convencido que este primeiro-ministro não vai rasgar as suas vestes pela sua visão liberal do mercado de trabalho, não vai sacrificar-se eleitoralmente por essa visão. Daí a urgência e a necessidade de conter este programa.

E para conter este programa é preciso também responder a questões como a de saber se vamos ser capazes de ter as **convergências necessárias** para garantir essa oposição.

Não é óbvio para mim e indo diretamente ao problema: **a questão da convergência na luta entre as centrais sindicais é um assunto que me parece que tem que ser trazido para cima da mesa**. A situação parece-me preocupante, Dito de um modo de um modo telegráfico, penso que há um fechamento da CGTP sobre si própria e não há ainda sinais claros da UGT sobre como é que entende globalmente esta ofensiva. É importante que haja sinais das centrais sindicais e sobre este programa, que tenham essa capacidade de fazer convergências. Há um segundo aspeto, provavelmente mais delicado, mas é preciso dizer que **não podemos cometer erros**.

Por exemplo, na questão da lei da greve, o governo está a tentar capitalizar o cansaço das populações sobre um comportamento em que os sindicatos e o sistema não conseguem gerar o equilíbrio adequado entre direitos e necessidades. Quem conhece a nossa lei da greve está carregado de razão; não foi a lei que impôs os desequilíbrios que alguns terão notado. Mas penso que **quem quer fazer progredir as causas, tem, neste momento e neste contexto, uma responsabilidade especial**, a de não cometer erros que, para dizer de um modo duro, que isolem os sindicatos da população. É algo que tem de ser pedido à esquerda! Tenho citado muitas vezes, nos últimos tempos, uma frase de alguém que não vem do mesmo espaço político onde eu me formei, mas que é bem conhecido de muitos: é preciso não esquecer esse apelo do Dr. Álvaro Cunhal, que **não nos podemos isolar das massas**. Eu sinto - e posso estar a ser injusto, mas estou a afirmá-lo com disponibilidade para ser criticado - eu sinto duramente que há algumas inércias que me levam a dizer que não tem havido essa atenção, ou seja não tem havido

A urgência da
contraofensiva:
unir para
vencer

A
necessidade
de
convergência
sindical e a
perigosa
"divisão de
trabalho"

atenção a manter o conjunto das pessoas do lado dos direitos trabalhadores, do lado do combate à precariedade, do lado do progresso, das causas. Deixo ainda esta segunda nota: também tem que haver da nossa parte esta preocupação. Porque um dos dados novos da aliança entre a direita tradicional e o populismo, que vai caracterizar esta legislatura, é que **há aqui uma certa divisão do trabalho: os populistas acicatam os ânimos e a direita tradicional faz avançar a agenda e, numa espécie numa ilusão de centrismo.**

Quando vemos o que o primeiro-ministro tem dito, a sensação é quer aparecer como alguém que, no fundo, **vende retrocessos a pretexto de que são menos retrocesso do que seria se fosse o retrocesso que a agenda populista propõe!**

Esta ideia de que os populistas acicatam, geram divisões, exploram-nas, geram o ódio, logo elevando a fasquia a outros capítulos correlacionados. Depois, a direita tradicional “modera” através de medidas que são de retrocesso, mas que temos dificuldade de ter mobilização na sociedade contra elas.

Este parece-me ser um dos elementos perigosos do atual equilíbrio de forças.

Sinto que, de algum modo, estamos todos um tanto adormecidos. **É mesmo importante procurar convergências e ação precoce nesta legislatura.**

É preciso um despertar urgente para a ação coletiva.

Texto construído na base da intervenção feita no debate online **análise crítica das alterações laborais anunciadas no programa do Governo**, organizado pela [PRAXIS](http://www.praxis.org.pt) no dia 9/7/25.

As intervenções de Henrique Sousa e de Joana Neto têm edição semelhante que pode ser encontrada em www.praxis.org.pt